



# COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

DECRETO MUNICIPAL N° 189/2023

<b>FUNÇÃO:</b>	<b>FMB FISCAL DO MUNICÍPIO SERVIÇO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO II</b>
<b>NOME DO CANDIDATO:</b>	

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com **25 (vinte e cinco)** itens da prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 25 sem falhas ou repetições.

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. **Leia atentamente cada item da prova objetiva. Para cada questão, existe apenas 1 (uma) resposta certa. Na folha de respostas, preencha o círculo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão. Anulam a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão, emendas ou rasuras.**
6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
8. Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
9. Não serão permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
11. Este caderno de Provas deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente com a Folha de Respostas, devidamente assinados.
12. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre a linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

---

## RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Fiscal do Município – Serviço Municipal de Fiscalização II

1. O Sistema Tributário do Município é disciplinado pela Lei nº 7.303/1997. Trata-se do Código Tributário do Município de Londrina (CTML). Assinale a sentença que vai de encontro ao disposto nesta lei.

- a) Contribuinte é aquele que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador da obrigação tributária.
- b) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- c) O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- d) Interpreta-se literalmente a lei sempre que dispuser sobre a outorga de isenção.
- e) Em regra, como efeitos da solidariedade tributária, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.

2. José das Couves, contribuinte e morador de Londrina, recebe exigência fiscal referente a tributo deste Município. Indignado, no mesmo dia do recebimento da notificação, comparece à Secretaria de Fazenda para discordar e recorrer da cobrança que julga ser ilegal.

Você, Servidor com conhecimento do Código Tributário Municipal (CTML - Lei nº 7.303/1997), instrui o Sr. José sobre a “Reclamação contra lançamento”. Informa a ele que, de acordo com o CTML, para interpor o recurso, é dispensável a seguinte condição:

- a) Contado da notificação de lançamento, o prazo para apresentar a reclamação é de 30 (trinta) dias.
- b) Efetuar o prévio depósito do montante devido ao Município.
- c) Deve alegar de uma só vez toda matéria que entender útil.
- d) Juntar os documentos comprobatórios das razões apresentadas.
- e) Apresentar defesa escrita.

3. Conforme o Código de Obras de Londrina (Lei 11.381/2011), o Município fornecerá dados ou consentirá com a execução e implantação de obras e serviços através da emissão de documentos.

Assinale a alternativa que não representa um desses documentos:

- a) Atestado de capacidade técnica.

- b) Consulta prévia de projetos.
- c) Alvará de execução.
- d) Comunicação.
- e) Guia de Viabilidade Técnica.

4. As definições abaixo constam no Código de Obras Municipal (Lei nº 11.381/2011).

- I. Documento expedido pelo Município, atestando a verificação da regularidade da obra, quando da sua conclusão, que autoriza a ocupação ou uso de uma edificação.
- II. Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.
- III. Ato administrativo que concede licença e prazo para início de uma obra, mediante expedição do Alvará de Construção, Reforma ou Demolição.
- IV. Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.

Na ordem de I a IV, assinale a opção que indica a correta correspondência das definições com o ato ou documento exarado pela Administração, respectivamente:

- a) Alvará de construção / Reversão / Habite-se / Licença prévia.
- b) Habite-se / Interdição compulsória / Autorização de intervenção / Permissão de uso.
- c) Atestado de adequação / Alvará de impedimento / Habite-se / Licenciamento.
- d) Habite-se / Embargo / Licenciamento / Alvará de construção.
- e) Licenciamento / Embargo / Licença de operação / Habite-se.

5. São infrações e sanções adequadas à Lei nº 12.236/2015, exceto:

- a) Será aplicada multa nos casos de reincidência nas penalidades de advertência, embargo e cassação do alvará de licença.
- b) O não atendimento às exigências contidas no termo de embargo no prazo solicitado implicará na demolição da obra.
- c) O embargo poderá ser levantado após o devido pagamento da penalidade pecuniária imposta pelo Município.
- d) A pena de multa poderá ser aplicada em concomitância às outras sanções previstas.
- e) Em caso de descumprimento das exigências das normas para o uso do solo, aplica-se a cassação do alvará de licença.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

### Promoção por Competências e Habilidades 2023

### Fiscal do Município – Serviço Municipal de Fiscalização II

6. O Alvará de Funcionamento de comércios e serviços será sempre concedido a título precário, em caráter \_\_\_\_\_, renovável \_\_\_\_\_, podendo ser cassado a qualquer momento, \_\_\_\_\_ para o Poder Público, caso haja alteração da atividade ou se constate que esta apresenta-se incômoda, nociva ou perigosa à vizinhança ou incompatível com o uso da zona.

Com base na Lei nº 12.236/2015, assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) temporário / anualmente / sem ônus
- b) oneroso / semestralmente / sem recurso
- c) definitivo / em caso de infração / com ônus
- d) obrigatório / anualmente / com pagamento de multa
- e) sigiloso / a critério da Município / com direito à indenização

7. A Lei nº 13.460/2017 dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

O normativo traz que os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados alguns princípios. Não se encontra explícito nesta lei o Princípio da:

- a) Efetividade
- b) Atualidade
- c) Livre iniciativa
- d) Transparência
- e) Cortesia

8. O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar várias diretrizes impostas pela Lei nº 13.460/2017.

Abaixo, assinale a conduta que não representa uma dessas diretrizes:

- a) Presunção de boa-fé do usuário.
- b) Divulgação de dados pessoais de qualquer usuário a terceiro interessado, mediante protocolo escrito.
- c) Autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.

- d) Eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido.
- e) Vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada.

9. A Lei nº 11.471/2012 institui o Código Ambiental de Londrina. Conforme esta norma, no exercício do controle preventivo, corretivo e repressivo das situações que causam ou possam causar impactos ambientais, compete à Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA):

- a) Aprovar Termo de Ajuste de Conduta (TAC) por infração à norma de proteção ao ambiente.
- b) Estabelecer áreas correspondentes à vegetação de reserva legal.
- c) Aplicar multa de 10 (dez) a 100 (cem) vezes o montante do salário mínimo nacional vigente à data do dano ambiental.
- d) Encaminhar denúncias e reclamações ao Ministério Público.
- e) Determinar ao responsável pelas fontes poluidoras o seu autocontrole, sem ônus ao Município.

10. Constituem Patrimônio Cultural de Londrina os elementos que serão analisados com base em alguns critérios determinados pela Lei nº 11.188/2011. Assinale a assertiva que não se refere a um desses requisitos.

- a) Ser testemunho de épocas de desenvolvimento da cidade.
- b) Ser pioneiro ou um dos primeiros.
- c) Pelos saberes tradicionais.
- d) Pela localização geográfica e valor econômico do imóvel.
- e) Ser formador da identidade local.

11. Com base exclusivamente na Lei nº 11.468, de 29 de dezembro de 2011, denominado Código de Posturas do Município de Londrina, foi previsto que as pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas, privadas ou religiosas poderão exercer atividades no Município:

- a) Sem a expedição do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento.
- b) Com a expedição do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento concedido mediante requerimento dos interessados, com a apresentação dos documentos necessários e do



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

### Promoção por Competências e Habilidades 2023

### Fiscal do Município – Serviço Municipal de Fiscalização II

- pagamento dos tributos devidos, conforme regulamento.
- c) Com a expedição do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, exceto para órgãos da Administração Direta Municipal, Estadual e Federal.
- d) Com a expedição do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, exceto para as Associações de Pais e Mestres - APMs vinculadas às escolas municipais e estaduais.
- e) Com a expedição do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, exceto para os Condomínios Edifícios residenciais ou comerciais
12. O Decreto Municipal nº 1.167, de 06 de outubro de 2020, apresentou a classificação do grau de risco das atividades para fins da expedição do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento. Assinale a alternativa que apresenta os riscos conforme a classificação estabelecida pelo Decreto nº 1.167/2020:
- a) Risco 1, Risco 2 e Risco 3.
- b) MEI, Empresas enquadradas no Simples Nacional, Empresas não optantes do Simples Nacional.
- c) Bares e casas noturnas, Postos de Combustíveis, Indústrias Químicas.
- d) Comerciais, Prestadores de Serviços e Industriais.
- e) Baixo Risco, Médio Risco e Alto Risco.
13. São infrações previstas na Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos (Lei Municipal nº 11.672/2012), exceto:
- a) Embargo, que determina a paralisação imediata de uma obra de parcelamento.
- b) Cassação do alvará de licença.
- c) Demolição da construção realizada em solo não parcelado.
- d) Intervenção, que consiste na interferência direta do Poder Público na execução da obra de parcelamento.
- e) Advertência, que consiste na notificação escrita da irregularidade constatada.
14. Assinale a alternativa que apresenta corretamente umas das vias componentes do sistema viário básico, conforme previsto na Lei Municipal nº 12.237/2015, que dispõe sobre o Sistema Viário do Município:
- a) Via local: é aquela que liga um ou mais bairros entre si e coleta ou distribui o trânsito dentro das regiões da cidade, principalmente a partir das vias arteriais e estruturais.
- b) Ciclovia: é a via destinada ao uso exclusivo de triciclos infantis e bicicletas.
- c) Via de trânsito rápido: é via de elevada capacidade de tráfego que tem como objetivo promover a interligação viária entre diferentes quadrantes da cidade.
- d) Rodovia: é a via rural, de trânsito rápido, cuja função é estabelecer ligações entre municípios vizinhos ou áreas contíguas e atende principalmente o tráfego de passagem ou regional.
- e) Estrada: é a via rural que tem por função possibilitar o trânsito de máquinas agrícolas e o escoamento da safra de grãos.
15. A Lei Municipal nº 12.823/2018 institui Procedimento Simplificado para o Licenciamento de Edificações com Área Construída de até 500m<sup>2</sup>. Assinale a alternativa que está em desacordo com a referida Lei:
- a) O procedimento simplificado aplicar-se-á a todos os processos pendentes de análise pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, mesmo que protocolizados antes da data de publicação da presente Lei.
- b) O processo simplificado não se aplica às edificações tombadas.
- c) Será de inteira responsabilidade do proprietário ou do possuidor do imóvel e dos responsáveis técnicos pela elaboração dos projetos arquitetônicos e da execução de obras o cumprimento de todos os itens constantes na Legislação Municipal, Estadual, Federal e Normas Técnicas Brasileiras em vigor, ficando estes sujeitos às sanções legais no caso de descumprimento das referidas normas, constatadas a qualquer tempo pela Fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.
- d) A vistoria do setor de fiscalização para concessão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra, prevista no art. 45 da Lei nº 11.381, de 21 de novembro de 2011, para as edificações aprovadas nesta Lei, poderá ser dispensada, a critério da Administração.
- e) A aprovação de projetos e a concessão de Alvarás de Autorização para a execução de obras de edificações que não se enquadrarem nos casos previstos nesta Lei, serão analisados mediante a apresentação do projeto arquitetônico



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Fiscal do Município – Serviço Municipal de Fiscalização II

completo, observando-se os parâmetros relevantes apresentados no artigo 3º desta Lei, assim como as disposições da legislação municipal vigente, considerando as particularidades do uso da edificação.

16. A atividade de revenda varejista de comercialização de combustível automotivo é exercida em estabelecimentos denominados de Posto Revendedor de Combustíveis, conforme estabelecido na Lei nº 11.468, de 29 de dezembro de 2011. Segundo esta Lei, deve-se manter o distanciamento de 104m (cento e quatro metros) de diâmetro, a partir do centro do posto de combustível, dos seguintes estabelecimentos, exceto:

- a) Hospitais e postos de saúde.
- b) Túneis, pontes e viadutos.
- c) Escolas, creches e praças esportivas, associações e ginásios de recreação.
- d) Mercados, supermercados, estabelecimentos com grande concentração de pessoas e outros definidos como tal, que sejam incompatíveis com a vizinhança do posto revendedor.
- e) Shoppings center.

17. Nos termos do Código de Posturas do Município de Londrina. (Lei 11.468/2011), assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das hipóteses previstas de interdição.

- a) Temporariamente, por solicitação de autoridade competente, com a devida justificativa e amparo legal.
- b) Definitivamente, quando estiver com instalações inadequadas à atividade exercida.
- c) Irrevogavelmente, quando em desvio de finalidade, explorando atividade diversa da licenciada.
- d) Ocasionalmente, como medida coercitiva, a bem da higiene, da moral, sossego ou segurança pública.
- e) Definitivamente, quando não possuir alvará de licença para localização.

18. A solicitação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento no Município de Londrina, bem como suas alterações, será precedida da realização de Consulta Prévia. Assinale a alternativa correta sobre a Consulta Prévia conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.167/2020.

- a) Traz informação pública sobre a viabilidade e documentação necessária para a implantação ou ampliação (construção) de empreendimentos novos, residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviços urbano e rural no Município de Londrina.
- b) Informará ao requerente, pessoa física ou jurídica, se a localização para o exercício das atividades pretendidas é compatível com o zoneamento estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente.
- c) Trará informação pública sobre localização do imóvel em perímetro urbano ou expansão urbana.
- d) Apresenta informações quanto à regularidade das construções existentes e projetos de isolamento acústico, e, na ausência de projetos aprovados, deverá informar quanto à existência e regularidade do parcelamento do solo.
- e) Terá manifestação da Divisão de Vigilância Sanitária da Autarquia Municipal de Saúde.

19. Assinale a alternativa que apresenta as classificações das mercadorias permitidas para comércio nas Feiras do Produtor, previstas na Lei nº 11.468, de 29 de dezembro de 2011.

- I. "In natura": hortifrutigranjeiros ou processados, ervas e condimentos.
- II. Alimentícias: frios, doces, compotas, temperos, peixes, cereais, queijo, lanches, sucos, pães, biscoitos e carne de sol.
- III. "Gourmet": culinária mais elaborada, requintada e que atende as exigências do consumidor local.
- IV. Naturais: flores cortadas, flores naturais, terra vegetal, sementes e adubos domésticos.
- V. Artesanais: produtos confeccionados manualmente, com produção de peças únicas ou em pequena tiragem, sem as características de produção industrial, em série.

- a) I, II, III e V
- b) I, II e III
- c) III, IV e V
- d) I, II, IV e V
- e) Todas estão corretas

20. Assinale a alternativa não prevista no capítulo da Fiscalização da Lei nº 11.672, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Londrina.

- a) O empreendimento será submetido à fiscalização do Poder Público e dos órgãos competentes



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

### Promoção por Competências e Habilidades 2023

### Fiscal do Município – Serviço Municipal de Fiscalização II

- quando da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana.
- b) O empreendedor deverá protocolizar documento informando ao Poder Público e órgãos competentes a data de início de qualquer serviço ou obra de infraestrutura.
- c) Os funcionários, investidos na função fiscalizadora ou de aprovação poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens ou documentos, desde que se relacionem ao projeto e/ou obra fiscalizada.
- d) O servidor público investido na carreira de fiscalização terá amplos poderes, até o limite da lei, para realizar o procedimento administrativo fiscalizatório em caso de denúncia ou de ofício.
- e) Todas as solicitações da fiscalização do Poder Público deverão ser atendidas pelo empreendedor.
21. Com base no que dispõe a Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta:
- a) O servidor estável somente poderá perder o cargo em razão de decisão judicial transitada em julgado, não sendo possível a demissão baseada exclusivamente em decisão administrativa.
- b) O servidor em estágio probatório poderá usufruir de quaisquer das licenças e afastamentos previstos na Lei Municipal 4.928/1992.
- c) O servidor estável não poderá perder o cargo em razão de desempenho insuficiente.
- d) A estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício, condicionada à aprovação nas avaliações realizadas durante o estágio probatório.
- e) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, condicionada à aprovação nas avaliações realizadas durante o estágio probatório.
22. De acordo com a Lei Municipal 4.928/1992, assinale a alternativa correta:
- a) É obrigação do servidor atender, prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para defesa dos interesses do Município, em juízo ou administrativamente.
- b) O servidor tem a obrigação de prestar serviços extraordinários, quando regularmente convocado, executando os que lhe competirem.
- c) Ao servidor é proibido valer-se de sua qualidade de servidor para desempenhar atividades estranhas às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito.
- d) O servidor é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda municipal, por dolo ou culpa devidamente apurados.
- e) Todas as anteriores.
23. Nos termos da Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta sobre as licenças:
- a) É vedado ao servidor o exercício de atividade remunerada durante o período de licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família.
- b) A licença por motivo de pessoa da família não depende de atestado ou exame médico.
- c) Será concedida licença à servidora gestante, por cem dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- d) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, licença para tratar de assuntos particulares, com remuneração, pelo prazo máximo de três anos.
- e) A licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro será concedida com remuneração.
24. Com base no que dispõe a Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:
- a) A promoção por conhecimento tem como objetivo valorizar as competências e habilidades individuais dos servidores.
- b) A promoção por competências e habilidades destina-se a incentivar o aperfeiçoamento pessoal, e ocorrerá obrigatoriamente a cada 4 anos.
- c) A promoção na carreira por competência e habilidades ocorrerá mediante processo de promoção à mesma classe ou à classe imediatamente superior, sempre dentro do mesmo cargo e respeitado o nível de escolaridade exigido para provimento inicial no cargo.
- d) A promoção por conhecimento poderá ser feita a cada 2 anos de efetivo exercício, contados da data de posicionamento na atual referência, desde que cumpridos os demais requisitos legais.
- e) Na promoção por competências e habilidades, bem como na promoção por conhecimento, poderão ser pontuados os cursos exigidos como requisito para ingresso no cargo.
25. Nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

## Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Fiscal do Município – Serviço Municipal de Fiscalização II

- a) Os cargos em comissão deverão ser providos obrigatoriamente mediante concurso público.
- b) Os cargos efetivos deverão ser providos por livre escolha do chefe do poder executivo.
- c) Os ocupantes de cargos efetivos poderão exercer funções de confiança, mediante designação, exigindo-se a compatibilidade da função com a natureza do respectivo cargo.
- d) Os cargos em comissão serão preenchidos preferencialmente por meio de concurso público.
- e) Os cargos efetivos serão preenchidos livremente por escolha dos titulares da pasta a que estejam subordinados, após aprovação do chefe do poder executivo.